

07 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Magistrados entram com dezenas de ações contra jornalistas no PR

'Gazeta do Povo' divulgou supersalários de juízes e promotores

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

Após publicarem uma reportagem sobre supersalários de juízes e promotores do Paraná, repórteres do jornal "Gazeta do Povo" estão sendo processados em dezenas de cidades pelo Estado por magistrados que pedem indenização por danos morais.

As ações, em pelo menos 15 cidades, têm obrigado os cinco jornalistas que assinaram o material a viajarem por dias seguidos às audiências. Os pedidos somam R\$ 1,3 milhão em indenizações.

Para o jornal, é uma tentativa de "intimidação" da imprensa. A Amapar (Associação dos Magistrados do Paraná) nega e diz que os juízes exerceram o seu direito.

O caso guarda semelhança com a enxurrada de ações contra a **Folha** em 2008, quando a então repórter especial Elvira Lobato foi processada por dezenas de fiéis da Igreja Universal por uma reportagem sobre o patrimônio da organização.

No Paraná, os juízes e dois

promotores de justiça, que entraram com 36 ações individuais até aqui, reclamam de terem sido "ridicularizados" após o jornal ter afirmado que eles recebem supersalários.

A reportagem, publicada em fevereiro, compilou dados públicos para mostrar que, somados benefícios, a remuneração total de magistrados e promotores ultrapassa o teto do funcionalismo público.

A Associação dos Magistrados do Paraná declarou na época que o jornal prestava um "desserviço" e argumentou que todos os pagamentos estavam dentro da lei, já que férias, 13º e outros benefícios não se somam ao teto. O jornal argumenta que seu objetivo era "expor e debater o sentido do teto constitucional".

AÇÃO COORDENADA

Os jornalistas já sofreram uma primeira condenação, de R\$ 20 mil. Na decisão, o julgador acusa a "Gazeta do Povo" de "agir de maneira descuidada" e "pejorativa".

A defesa do jornal sustenta que as petições iniciais são praticamente idênticas e fala

em "ação coordenada".

Em audiência recente, um dos magistrados que recorreu à Justiça declarou, segundo gravação citada em recurso, que "muitas outras [ações] virão". "Nós nos mobilizamos e montamos um grupo", disse o juiz Walter Ligeiri Junior.

A Associação dos Magistrados do Paraná nega haver ação coordenada ou intimidação. "A imprensa deve ser livre. Mas, se abuso houver, ele deve ser reparado", defendeu a associação, em nota. Nesse caso, diz, a reportagem sugeriu que os juízes estariam praticando um ato ilícito, recebendo acima do teto.

A defesa da "Gazeta do Povo" recorreu ao STF (Supremo Tribunal Federal), argumentando que nenhum magistrado no Paraná é isento para julgar a causa, mas o pedido de suspender as ações foi negado.

A ANJ (Associação Nacional de Jornais) declarou ser "absolutamente solidária" à Gazeta do Povo e disse que o caso é "uma ofensa ao exercício do jornalismo e à liberdade de imprensa".

07 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Não passarão

Governo desiste de criar 14 mil cargos e se põe contra alta de salários do STF

O governo Michel Temer desistiu de criar os 14 mil novos cargos federais aprovados pela Câmara dos Deputados na semana passada.

O Planalto também deve se posicionar contra o aumento salarial de ministros do STF, mas mantendo o reajuste dos servidores do Judiciário, já acordado na gestão Dilma.

Como o vencimento de um magistrado do Supremo define o teto salarial no serviço público, haveria um efeito cascata no país.

O governo Michel Temer desistiu de criar os 14 mil novos cargos federais aprovados pela Câmara na semana passada. Em outra ponta, o Planalto também deve se posicionar contra o aumento salarial de ministros do STF, mas mantendo o reajuste dos servidores do Judiciário, já acordado anteriormente na gestão Dilma. Como o vencimento de um magistrado do Supremo define o teto salarial no serviço público, haveria um efeito cascata no país inteiro, contrariando o necessário ajuste fiscal.

Presta atenção Renan Calheiros já havia mandado avisar que o Senado derrotaria o projeto dos novos 14 mil postos federais. A interlocutores, o presidente do Senado disse: “Não dá para defender isso quando se tem milhões de desempregados no Brasil”.

Colateral Se o reajuste dos ministros do STF passar pelo Senado, Temer será beneficiado: seus vencimentos crescerão por tabela, mesmo sem a aprovação de um aumento para o Executivo.

Quem quer dinheiro Isso porque ele acumula o salário de vice com uma aposentadoria como procurador em São Paulo — e tem um desconto de R\$ 17 mil para se enquadrar no teto do funcionalismo. Se o limite subir, esse abatimento será reduzido.

07 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

O ASSUNTO É VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

É hora de mudar

PHUMZILE MLAMBO-NGCUKA

A violência de gênero é fator que compromete fortemente sociedades, governos e o potencial global a longo prazo. Diminui a todos nós

O estupro coletivo de uma menina de 16 anos, no Rio, reforça a urgência de adotarmos tolerância zero à violência contra mulheres e meninas no mundo.

O silêncio da jovem foi quebrado pelos homens que, vangloriosamente, postaram as imagens do estupro na internet. Aprofundando o abuso, mostraram o corpo da garota, na confiante expectativa de aprovação de seus pares e de impunidade. Este é o momento de o Brasil reafirmar o Estado de Direito e o respeito aos direitos humanos.

A quase certeza dos homens de que o estupro não será punido ilustra o clima de naturalização do abuso, a cultura de violência diária e o gritante fracasso da Justiça. Estima-se que apenas 35% dos estupros no Brasil sejam relatados. Ainda assim, a polícia brasileira registra casos a cada 11 minutos, todos os dias.

Medo, vergonha ou desespero contribuem para a bruta subnotificação da violência sexual. Poucas mulheres e meninas estão recebendo a ajuda de que necessitam — e a que têm direito — para apoiar o processo de cura de suas dores emocionais e físicas e para protegê-las contra a gravidez indesejada, assim como de HIV ou outras doenças sexualmente transmissíveis.

A lei 12.845/2013 prevê o atendimento obrigatório e abrangente, em todos os hospitais integrantes da rede do SUS, de pessoas vítimas de violência sexual. Um outro dado alarmante reforçar a importância da medida: na América Latina, 56% das gestações não são planejadas ou intencionais.

Mulheres e meninas precisam ter acesso à gama de serviços e direitos de saúde reprodutiva. Os riscos são maiores para as mais vulneráveis, com dificuldade de se proteger adequadamente contra a infecção e a gravidez indesejada, especialmente no contexto de estupro.

Para oferecermos um atendimento eficiente, as estruturas legais e médicas precisam ser mobilizadas para lidar com os casos. Forte ação deverá ser tomada para fortalecer e ampliar os serviços voltados às vítimas.

A violência de gênero compromete fortemente sociedades, economias, governos e o potencial global a longo prazo. Restringe vidas, limita opções e viola os mais básicos direitos humanos.

Em todas as suas formas — que incluem ainda a brutalidade física contra mulheres defensoras dos direitos humanos e o assassinato de figuras políticas femininas, a exemplo do que ocorreu com a hondurenha Berta Cáceres —, essa violência diminui a todos nós.

Por esse motivo, é, ao mesmo tempo, tão importante o aumento da representação das mulheres em posições de liderança.

A tolerância zero precisa de todo o peso das leis já em vigor para rasgar, processar e punir os autores desses crimes.

Desde os mais altos níveis de governo, passando por polícia, advogados e tribunais, todos devem agir com renovada responsabilidade diante das agressões sofridas por mulheres e meninas. É necessário entender os reais custos e efeitos da violência sexual.

Mais importante ainda, este é um momento propício para que cada homem reflita e se posicione contra a cultura do machismo. Isso não deve esperar mais um dia.

PHUMZILE MLAMBO-NGCUKA é subsecretária-geral da ONU e diretora-executiva da ONU Mulheres

CONTINUA

07 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

As raízes da opressão

ALESSANDRA OROFINO, ANA EVANGELISTA, ANTONIA PELLEGRINO E MANOELA MIKLOS

Desde o final de maio, quando imagens do estupro coletivo de uma menina de 16 anos começaram a circular pela internet, as mulheres vêm se organizando para protestar contra mais um exemplo de uma terrível realidade.

Primeiramente, as feministas se articularam para que a vítima tivesse atendimento. Em seguida, mulheres de todo o país se mobilizaram para que nossa sociedade encarasse um doloroso processo de autoanálise e debatesse a cultura do estupro — conjunto de práticas, do “fiu-fiu” até o feminicídio, que produz e reproduz a desigualdade de gênero.

A cultura do estupro destrói a mulher. Na melhor das hipóteses, anula aos poucos sua subjetividade. Na pior, tira-lhe a vida. E as mulheres brasileiras não são as únicas na luta contra a naturalização dessa realidade.

Feministas norte-americanas discutem a cultura do estupro desde os anos 1970. A grande repercussão do documentário “The Hunting Ground”, de 2015, sobre violência sexual em universidades de elite dos EUA, prova a atualidade do debate.

Mulheres canadenses criaram, em 2011, a Marcha das Vadias, em resposta à recomendação da polícia de Toronto de que elas não deveriam vestir-se como vadias se quisessem evitar estupros. A marcha virou um movimento transnacional pelos direitos da mulher e contra a

As mulheres querem uma nova política, mas sabem que ela só virá com uma nova cultura. Um novo normal. A velha política esperneia

culpabilização das vítimas.

Mexicanas, argentinas e uruguaias tomaram as ruas em 2015 e neste ano para protestar contra altíssimos índices de feminicídio. Movimentos, como o Ni Una Menos, seguem enchendo praças, pintando prédios públicos de rosa e lilás e fazendo a América Latina debater a agressão contras as mulheres.

O que todas essas mobilizações têm em comum? São reações ao machismo e à violência que reúnem mulheres, on-line e off-line, e nos lembram que, neste caso, o debate é tanto pessoal quanto político.

Dinâmicas privadas, desdobradas em opressão continuada e abusos sistemáticos, tornam-se questões públicas, que demandam respostas públicas.

Em diversos países, manifestações femininas de caráter micropolítico se inscrevem na macropolítica e demandam a ressignificação da interação entre as pessoas.

No Brasil, as mulheres querem uma nova política, mas sabem que ela só virá com uma nova cultura. Um novo normal.

A velha política, assustada, esperneia. Nomeia apenas homens

para o primeiro escalão do governo interino. Apóia projetos para mudar planos de educação e impedir que professores debatam gênero e, portanto, cultura do estupro em sala de aula. Defende o velho normal.

Há inúmeras tentativas em campo de manutenção do velho normal. E é preciso cuidado, pois muitas se disfarçam de medidas de proteção da mulher e combate à violência.

Qualquer ação macropolítica que se aproveite da revolução micropolítica para afirmar que a violência contra a mulher é um fenômeno novo, ou que ganhou nova dimensão, apenas mantém o velho normal.

Qualquer política pública que parta do diagnóstico de que há onda de violência de gênero atípica, ou um pico de estupros em decorrência da crise econômica, nos distancia do debate sobre o machismo estruturante da sociedade.

O mesmo vale para o punitivismo de medidas que singularizam o estupro coletivo, aumentam pena de prisão para esses casos e contribuem para a avaliação equivocada de que estupradores são monstros, não homens criados em meio à cultura do estupro.

Nada disso nos ajuda a questionar privilégios e transcender a dominação, raízes da opressão contra a mulher.

ALESSANDRA OROFINO, ANA CAROLINA EVANGELISTA, ANTONIA PELLEGRINO e MANOELA MIKLOS são ativistas feministas e editoras do blog #AgoraÉQueSãoElas, da Folha

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Na trilha do crime

SÃO PAULO. O caso do garoto de dez anos morto pela polícia é duplamente chocante: pelo desfecho violento e pela tenra idade com que o menino, cujo pai é presidiário e cuja mãe já havia cumprido pena, abraçara o crime. O que faz com que alguém siga essa trilha? Criação, genes, oportunidades, acaso?

A resposta é quase certamente uma combinação de todos esses e de outros fatores. Intuitivamente, tendemos a acreditar que a criação desempenha o papel preponderante. Que ela importa, não há dúvida, mas talvez numa escala menor do que a que imaginamos. Gostamos de acreditar que é ela que faz a diferença, porque isso alimenta a ilusão de que estamos no controle.

Um grande estudo populacional na Dinamarca (Mednick et al., 1987), que acompanhou registros do desenvolvimento de crianças adotadas, inclusive as sentenças penais que receberiam, mostrou que 14,7% dos filhos de genitores que nunca tiveram problemas com a Justiça mas foram criados por pais com história de delinquência acabaram sofrendo condenações por delitos contra a propriedade. Já entre os descendentes de pai sem antecedentes criados por pais adotivos também honestos, a taxa de desencaminhados foi de 13,5%, uma diferença pouco significativa.

A história muda um pouco para os filhos de criminosos criados por pais honestos. Aqui, a delinquência atingiu 20% — um bom indício de que a genética influi. Na ponta restante temos os filhos de criminosos educados por criminosos. A taxa de desviados nessa categoria foi de 24,5%. Esse seria um sinal de que a criação, afinal, faz diferença, ainda que mais para o mal do que para o bem.

A moral da história é que os estudos de genética comportamental assustam. Mas não é porque não gostamos de suas conclusões que devemos ignorá-los. De qualquer maneira, em tese há espaço suficiente para fatores ambientais suplantarem as piores predisposições genéticas.

07 JUN 2016

07 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Caso de Roraima pode livrar Temer de cassação, diz Mendes

Para presidente do TSE, absolvição de vice em julgamento anterior deve influenciar entendimento do tribunal

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) e presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Gilmar Mendes, disse que o desfecho de um caso do governo de Roraima pode dar pistas sobre o julgamento da cassação da chapa Dilma-Temer.

As contas da campanha de 2014 da presidente afastada Dilma Rousseff e seu vice Michel Temer estão sob questionamento no TSE. O julgamento, contudo, só deverá ocorrer em 2017, segundo Mendes.

No caso citado pelo ministro, o ex-governador de Roraima Ottomar Pinto era julgado por crime eleitoral, mas morreu durante o processo. Seu vice assumiu e foi inocentado, porque o tribunal entendeu que o responsável pelas contas é o titular.

“Essa é uma pista que se tem dessa matéria, mas será um novo caso, com novas configurações”, disse.

Antes de fazer a ressalva, no entanto, Mendes havia dito que o TSE não separa contas de presidente e vice e que “a responsabilidade recai sobre os dois”.

Temer tenta separar sua conduta da de Dilma para evitar que uma condenação leve à cassação do mandato de ambos. Em representação protocolada em abril, ele afirma que seria cassado por “arastamento”, “sem ter praticado qualquer das condutas” citadas na denúncia.

“Mas agora se coloca uma nova questão. Num cenário em que o impeachment [de Dilma] venha a ser aceito, aí o processo teria que tramitar contra ele [Temer], não mais contra a presidente Dilma”, afirmou Mendes.

Dilma e Temer são acusados de abuso de poder político e econômico e de terem as campanhas abastecidas com recursos do petróleo.

AÉCIO

Também nesta segunda, Mendes determinou a abertura do segundo inquérito contra o presidente do PSDB, senador Aécio Neves (MG), sob acusação de ter atuado para fraudar dados do Banco Rural com o objetivo de esconder o mensalão mineiro.

Também são alvos do inquérito o seu vice-governador, Clésio Andrade (PMDB-MG), réu no mensalão, e o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PMDB), à época secretário-geral do PSDB.

O inquérito tem como base a delação premiada do ex-senador Delcídio do Amaral (ex-PT-MS), que presidiu a CPI dos Correios, que investigou o mensalão. Em nota, a assessoria de Aécio disse que o senador jamais interferiu ou influenciou nos trabalhos de qualquer CPI.

07 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA
PUBLICANO

Audidores receberam R\$ 26 milhões em salários

Levantamento da FOLHA considerou a data do afastamento de cada um e a média salarial de maio, quando o pagamento aos 71 servidores somou R\$ 2.280.834,58

Loriane Comeli
Reportagem Local

Desde que a Operação Publicano foi deflagrada, em 20 de março de 2015, os 71 auditores suspeitos de envolvimento em esquema de cobrança de propina para deixar de autuar empresários sonegadores receberam do Estado, mesmo afastados do cargo, mais de R\$ 26 milhões em salários, segundo estimativa feita pela FOLHA. Nenhum dos auditores está trabalhando: 63 estão afastados por ordem judicial e oito são aposentados, conforme consta dos dados disponibilizados pela governação do Estado no Portal da Transparência.

Para chegar ao valor gasto pelo Estado com os auditores investigados na Publicano, a FOLHA considerou a data do afastamento de cada um e a média salarial de maio, quando o pagamento aos 71 auditores somou R\$ 2.280.834,58. Assim, o salário usado no cálculo foi de R\$ 32.124.

Quinze auditores foram afastados em março de 2015, com a deflagração da primeira fase da Publicano e, portanto, o montante gasto com

eles até agora foi de R\$ 6,7 milhões; outros 45 tiveram o afastamento judicial decretado há 12 meses, em junho de 2015, após a segunda etapa e, desde então, receberam R\$ 17,3 milhões.

Já dois auditores, em complemento à Publicano 2, foram afastados em setembro e montante pago a eles como salário foi de R\$ 545 mil; por fim, na Publicano 4, em 4 de dezembro, outros nove auditores foram envolvidos e afastados e, neste período, receberam salários que somam R\$ 1,7 milhão. Desta forma, o pagamento de salário aos auditores afastados somou R\$ 26,3 milhões.

MAIO

Em maio, o menor salário pago aos 71 investigados foi de R\$ 23,8 mil e o maior de R\$ 57,5 mil, o que, segundo a Receita, constituiu uma exceção. Trata-se de um auditor que recebeu R\$ 11,7 mil de salário; R\$ 22,8 mil de vantagens pessoais, nas quais se inclui a quota de produtividade; e R\$ 22,9 mil de vantagens retroativas, que seriam, segundo a assessoria da Receita, relativas ao desconto de contribuição previdenciária do servidor, que já

teria direito à aposentadoria, mas continua na ativa. Sem considerar o caso único deste servidor, o maior vencimento bruto em maio foi de R\$ 37,4 mil.

PAD

Dos 71 auditores investigados, 63 respondem a processos administrativos disciplinares (PAD). Neles, a Corregedoria-Geral da Receita sugeriu a demissão de todos. Contra os outros nove auditores (implicados na quarta fase da Publicano), o PAD ainda não foi aberto. A assessoria informou que apenas recentemente recebeu do Judiciário a documentação necessária à instrução do relatório preliminar para eventual abertura de PAD. Quando este relatório estiver pronto, será submetido ao Conselho Superior de Auditores Fiscais (Csaf) e ao secretário estadual de Fazenda.

CONTINUA

07 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Fiscal preso em março segue com benefício integral

Mesmo sem trabalhar e afastados para serem investigados nada pode ser feito sobre o pagamento do salário integral aos auditores investigados: eles têm direito ao benefício. Alteração do Estatuto dos Auditores Fiscais (Lei Complementar 131/2010), feita no final do ano passado pela Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, prevê que auditor preso terá direito somente ao salário (cerca de R\$ 11 mil, atualmente), mas não fará jus ao adicional por produtividade, que chega aos R\$ 20 mil.

O desconto da quota de produtividade somente vale para auditores presos que, posteriormente, terão direito ao ressarcimento, caso venham a ser absolvidos. Em caso de afastamento por ordem judicial (mesmo como medida al-

ternativa à prisão), afastamento administrativo para responder a processo administrativo disciplinar (PAD) ou no caso de recebimento de denúncia, o salário continua sendo pago integralmente.

A Corregedoria-Geral da Receita Estadual do Paraná, por meio da assessoria de imprensa, informou que a alteração no Estatuto dos Auditores não é retroativa e, portanto, não pode ser aplicada aos casos de auditores presos antes de 22 de dezembro, data de mudança da LC 131/2010 (pela LC 192/2015). Por isso, a situação dos auditores envolvidos nas primeiras quatro fases da Publicano não se altera.

Em relação à Publicano 5, deflagrada em 12 de maio deste ano, em que foram decretadas as prisões

de dois auditores – o principal delator do caso, Luiz Antonio de Souza (que já estava preso), e sua irmã, Rosângela Semprebom –, teria sido instaurado procedimento para proceder ao desconto previsto no Estatuto.

Nos dados do Portal da Transparência consta que ambos receberam seus salários integrais em maio. Nem mesmo o auditor José Luiz Favoreto, preso desde março desde ano, em decorrência de decisão do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, por investigações relativas a crimes sexuais, teve o salário descontado, conforme previsto na LC 131/2010.

A assessoria de imprensa informou que não pode comentar a situação individual de cada servidor. (L.C.)

CONTINUA

Nova denúncia inclui 52 acusados



Promotores identificaram que empresários do setor de abate de suínos se utilizavam das empresas de fachada dos auditores para lavagem de ativos

Loriane Comeli
Reportagem Local

A denúncia do promotor que atua no Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Londrina, braço do Ministério Público (MP), ontem, relativa à quinta fase da Operação Publicano envolve 42 fatos criminosos: a formação de duas organizações criminosas e de uma associação criminosa, 18 falsidades ideológicas, dois fatos de corrupção ativa e dois de corrupção passiva tributária, nove lavagens de dinheiro antes da deflagração da primeira fase da Operação Publicano, em 20 de março do ano passado, e cinco após, além de três extorsões. São 52 requeridos sendo oito auditores: Luiz Antonio de Souza; Rosângela Semprebom; Márcio de Albuquerque Lima, apontado como líder da organização criminosa incrustada na Receita; José Luiz Favoreto; Mário Sanzovo; Roberto Oyama, auditor afastado do cargo por decisão judicial há mais de 13 anos; Milton Digiácomo; e

José Luiz Favoreto, todos já réus nas fases anteriores da Publicano.

A outra organização criminosa (ao lado da formada por Souza) era a supostamente comanda pelos dois empresários do setor de abate de suínos. Os promotores constataram que entre 2012 e 2014 eles pagaram ao grupo de auditores (acusados de associação criminosa) cerca de R\$ 2,2 milhões em propina. Foram identificados pelos menos 18 pagamentos de R\$ 50 mil e 13 pagamentos de R\$ 100 mil. O setor era composto por diversas empresas – alguns inexistentes e registradas em nome de “laranjas”, apenas para contribuir com o esquema fraudulento. Um dos ilícitos comum, apontou a promotora Leila Schimitti, era a simulação de operações que garantiam a obtenção de créditos tributários indevidos.

Os promotores também identificaram que as empresas deste grupo se utilizaram das empresas de fachada dos auditores, como Masterinvest, PF&PJ e Tarfil, para lavagem de ativos.

Nesta organização criminosa, foi incluído outro advogado, Fernando Mesquita, que daria suporte a fatos ilícitos. Ontem, a reportagem deixou recados em seu escritório, mas o profissional, que também é advogado de Dinho do Porco, não deu retorno à solicitação de entrevista.

FOLHA DE LONDRINA

Caixa de Pandora

Em uma frase, o subprocurador-geral da República Nicolao Dino Neto definiu o que é combater a corrupção no Brasil: “É abrir caixa de Pandora”, aquele objeto que segundo a mitologia grega guarda todos os males do mundo. A declaração de Nicolao Dino é um exemplo de como o problema é grave e virou uma doença sistêmica. Quanto mais mexe na “caixa de Pandora”, mais uma ramificação criminosa aparece. Quem acompanha as notícias das operações Lava Jato e Publicano, para ficar nos exemplos paranaenses, sabe bem o que diz o subprocurador. A primeira se tornou a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o País já teve e apura desvios na Petrobras. A segunda apura um esquema de corrupção dentro da Receita Estadual do Paraná. Os desdobramentos parecem não ter fim. Hoje, a Folha de Londrina publica reportagem mostrando quanto custaram aos cofres do Estado os salários dos 71 auditores suspeitos de envolvimento no esquema de propina da Receita. Pelos cálculos do jornal, juntos esses servidores investigados pelo Gaeco receberam, sem trabalhar, R\$ 26 milhões. Para chegar ao valor gasto com os 71 auditores, a reportagem considerou a data do afastamento de cada um e a média salarial de maio, quando o pagamento aos 71 auditores somou R\$ 2.280.834,58. O salário usado no cálculo foi de R\$ 32.124. Dos 71 auditores investigados, 63 responderam a processos administrativos disciplinares. No caso deles, a Corregedoria-Geral da Receita sugeriu a demissão de todos. Nada pode ser feito em relação ao salário integral, pois o Estatuto dos Auditores Fiscais garante o benefício. Situações como esta afetam a imagem do País. Vítima da corrupção sistêmica, o Brasil está em péssima colocação em rankings como o da Transparência Internacional. Nesse indicador de percepção de corrupção, o Brasil está na 76ª colocação, enquanto a Suécia se destaca em primeiro lugar. O índice é baseado em entrevistas com especialistas, geralmente membros de bancos internacionais e fóruns globais. A corrupção é um mal que precisa ser combatido diariamente e em todas as esferas. No caso do Brasil, passa por educação, por uma transparência ampla e leis mais rigorosas.

07 JUN 2016

07 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Salários dos deputados

O presidente da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, Ademar Traiano (PSDB), disse ontem que, caso o Congresso Nacional confirme a intenção de aumentar os vencimentos dos parlamentares em Brasília, o “efeito cascata” na AL será automático. “O nosso salário é estabelecido pela Constituição. É 75% do que ganha um deputado federal. Não vejo razão para não aprovar, até porque estamos dentro daquilo que a lei determina. Não estamos inovando e ele (salário) é reajustado normalmente a cada quatro anos”, afirmou.

Impacto

Hoje, os 54 deputados estaduais recebem R\$ 25,32 mil mensais. Com o acréscimo, passariam a ganhar R\$ 29,47 mil. Isso sem contar os R\$ 78,5 mil destinados à contratação de comissionados e os R\$ 31,47 mil de verbas de ressarcimento, que podem ser gastos em combustíveis, locação de imóveis, assinatura de jornais e outros insumos. O impacto sobre as contas do Estado seria de R\$ 2,9 milhões por ano. O último reajuste na Casa, de 26,35%, aconteceu em janeiro de 2015, e foi autorizado pelo então presidente, Valdir Rossoni (PSDB).

Teto

Na semana passada, a Câmara já aprovou um acréscimo de 16,38% para os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que passaram a receber R\$ 39.293,38. Como o valor corresponde ao teto do funcionalismo público, acaba incidindo nos parlamentos de todo o País, incluindo a Câmara Federal, o Senado, as Assembleias e as Câmaras Municipais.

CLAUDIO HUMBERTO

'Trem da alegria' derruba

Temer nas pesquisas

O “trem da alegria”, com aumentos de até 41% para 16 categorias de servidores, deve impactar negativamente nas pesquisas de avaliação do governo federal, a serem divulgadas nos próximos dias. A previsão é dos principais cientistas políticos. Fica difícil entender, até para os empregados, e menos ainda para os 12 milhões de desempregados, a “gentileza” – que rima com fraqueza – do presidente Michel Temer.

07 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Jurisprudência

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes, disse ontem que uma jurisprudência de um caso do governo de Roraima pode dar pistas sobre como o TSE poderá julgar a cassação da chapa Dilma-Temer. As contas da campanha de 2014 da presidente afastada Dilma Rousseff e seu vice Michel Temer estão sob questionamento no TSE. O julgamento, contudo, só deverá ocorrer em 2017, de acordo com o ministro. No caso citado por Mendes, o ex-governador de Roraima Ottomar Pinto era julgado por crime eleitoral, mas morreu durante o processo. Seu vice assumiu e foi inocentado, porque o tribunal entendeu que o responsável pelas contas é o titular da chapa. Mendes havia dito que o TSE não separa contas de presidente e vice, e que "a responsabilidade recai sobre os dois". "Mas agora se coloca uma nova questão. Num cenário que o impeachment venha a ser aceito, aí o processo teria que tramitar contra ele, não mais contra a presidente Dilma", afirmou.

OPINIÃO DO LEITOR

'Cultura do estupro'

Acho que sair às ruas e gritar contra a cultura do estupro é algo muito necessário e que alerta as autoridades sobre este problema. Mas é preciso haver uma cultura de educação, respeito pelas mulheres, independentemente de ideologias e diversidade, e também independentemente de como elas estão se vestindo. O espírito quase doentio do machismo é algo que faz alguns homens, de pouca cultura e fé, agir de maneira insociável, desrespeitosa e agressiva contra o ser feminino. Vale ainda dizer que educação vem de casa, do berço e atitudes preconceituosas e violentas contra a mulher, seja nas ruas, no trabalho, estudo, e até dentro de casa precisam ser revistas pelos autores e analisadas pela sociedade como atos criminosos e passíveis de denúncias e representações junto às autoridades policiais e de Justiça.

CÉLIO BORBA (artista plástico) - Curitiba

07 JUN 2016

GAZETA DO POVO

MP acusa 52 pessoas na Publicano e pede rescisão de delação

O Ministério Público do Paraná denunciou à Justiça 52 pessoas investigadas na 5.^a fase da Operação Publicano, que apura fraudes na Receita Estadual em Londrina. Entre eles, o auditor fiscal Luiz Antônio de Souza, o principal delator do esquema. O MP acusa Souza de ter cobrado propina de dentro da prisão, quebrando o acordo de colaboração premiada.

OS DENUNCIADOS

Entre os 52 acusados, o MP identificou oito auditores fiscais, dez empresários, um contador, três advogados, três presos e 26 pessoas que atuariam como "laranjas" em transações fictícias para gerar créditos de ICMS.

● FRAUDE NO FISCO

MP denuncia 52 e pede rescisão de delação na Publicano

Promotores requerem abertura de ação penal por crimes investigados na 5ª fase da operação. E solicitam o fim do acordo de delação de Luiz Antônio de Souza

LONDRINA

Fábio Silveira

Especial para a Gazeta do Povo

▀ O Ministério Público (MP) do Paraná apresentou ontem denúncia criminal à Justiça contra 52 pessoas investigadas na 5ª fase da Operação Publicano, que apura fraudes na Receita Estadual. Junto com a ação penal, o MP solicitou a rescisão do acordo de delação premiada do auditor fiscal Luiz Antônio de Souza, que teria cobrado propinas de dentro da prisão (leia mais ao lado).

Dentre os 52 denunciados, são oito auditores fiscais (incluindo Souza), dez empresários, um contador, três advogados, três presos e 26 pessoas que atuariam como “laranjas” em empresas que teriam feito transações fictícias para gerar créditos de ICMS — que são abatidos dos impostos devidos. Segundo os promotores, o esquema de sonegação seria milionário, já que teria

pagado R\$ 3,2 milhões em propina, sendo R\$ 2,2 milhões ao longo de 31 meses até 2014 e mais R\$ 1 milhão depois de maio do ano passado. Nos primeiros 18 meses, a propina era de R\$ 50 mil mensais. Depois ela foi “reajustada” para R\$ 100 mil mensais até a deflagração da Operação Publicano.

Segundo a promotora Leila Schimiti, uma das organizações criminosas investigadas era liderada pelo empresário Aparecido Domingos dos Santos, de Quatiguá, onde é conhecido como “Dinho do Porco”. Ele teria organizado o esquema que envolvia algumas empresas do setor e incluiria o funcionamento de empresas “fantasmas” para fazer transações fictícias, gerando créditos de ICMS. Esse grupo pagaria propina a auditores para evitar fiscalizações e autuações por sonegação fiscal. Santos foi um dos presos nessa fase da Publicano.

O crime identificado como associação criminosa teria ocorrido quando o grupo de empresários se aproximou dos auditores fiscais investigados na Publicano para negociar o abrandamento da fiscalização mediante o pagamento de propina. “Auditores fizeram acordos para que essas empresas [algumas delas] fossem inseridas no regime especial de tributação”, relatou a promotora.

Outro grupo giraria em torno de Luiz Antônio de Souza, o principal delator da Publicano. Conforme Leila, Souza, de dentro da prisão, conseguiu extorquir em torno de R\$ 1 milhão de Santos para não citá-lo na delação premiada. Na falta de liquidez da empresa, a extorsão teria sido paga em veículos — nove caminhões e uma camionete, que segundo os promotores já foram passados para outras pessoas que não são investigadas.

O promotor Jorge Costa afirmou que a propina foi cobrada por telefone, de dentro da Penitenciária de Londrina, onde Souza está preso, “mediante grave ameaça”.

42 CRIMES

Na denúncia protocolada, o Ministério Público narra 42 crimes. Entre eles, duas organizações criminosas e uma associação criminosa; 18 crimes de falsidade ideológica, nove de lavagem de dinheiro antes da Publicano e cinco depois; três crimes de extorsão, todos eles cometidos depois do começo das investigações.

CONTINUA

07 JUN 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Promotor diz que rompimento da delação de Souza não muda inquéritos

• O pedido de rescisão do acordo de delação premiada do auditor fiscal Luiz Antônio de Souza é analisado em separado da denúncia contra os 52 investigados da 5ª fase da Publicano, já que a delação premiada é um processo judicial à parte. A decisão se o acordo será ou não rescindido cabe ao juiz da 3ª Vara Criminal, Juliano Nanuncio. No entendimento do Ministério Público, Souza teria rompido o acordo firmado no ano passado ao voltar a cometer crimes, cobrando propina de dentro da prisão. O promotor Renato Lima Castro afirmou que a rescisão do acordo de delação não altera nada na Operação Publicano, já que, segundo ele, as investigações não se

baseiam apenas nas declarações de Souza. "A colaboração não é um fato isolado, vem dentro de um contexto em que há convergência de outros elementos de prova, como os documentos apreendidos", explica.

O advogado Eduardo Duarte Ferreira, defensor de Souza, discorda e afirma que o possível rompimento do acordo "muda todo o panorama da Publicano", dizendo que "as provas não podem ser utilizadas".

Reeleição

Outra dúvida é se um eventual rompimento do acordo prejudicaria o inquérito aberto com autorização do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para investigar o governador Beto Richa (PSDB). Na delação, Souza disse que propina obtida pelos auditores de Londrina teria sido destinada à campanha de reeleição de Richa.

GAZETA DO POVO

sínteses

07 JUN 2016

CULTURA DO ESTUPRO

Uma invenção feminista

Fabio Blanco

Existem ideias e expressões que são postas em circulação e são fruto de uma irresponsabilidade sem igual. Muitas das pessoas que as repetem não param para pensar sobre as consequências do que dizem. Apenas seguem replicando-as, certas de que defendem algo razoável quando, de fato, amplificam uma injustiça e inverdade.

É como o caso dessa incansável repetição sobre a existência de uma tal “cultura do estupro”, que acaba sendo o exemplo perfeito de uma macaque que toma as gentes e as transforma em meros canais de disseminação de preconceitos e conteúdos ideológicos.

A expressão “cultura do estupro” surge no seio do movimento feminista americano, nos anos 70, e se refere a um ambiente no qual o estupro é predominante e a violência sexual contra as mulheres é normalizada. O que as feministas querem dizer é que os homens ocidentais crescem nesse ambiente e, portanto, acabam assimilando as ideias dispostas nele, assumindo que agredir sexualmente uma mulher é algo normal.

Assim, quem repete essa ideia está nada menos que acusando todos os homens como eu; como os leitores do sexo masculino; como seus pais, irmãos, amigos e cônjuges, minhas caras leitoras, de estupradores em potencial. Isso mesmo! Elas simplesmente colocam todos os homens no mesmo saco dos criminosos e violentadores e acham que dizer isso é algo absolutamente normal.

Sinceramente, em minhas quatro décadas de vida, não lembro de ter conhecido alguém que achasse a violência contra a mulher aceitável. E creio que a minha experiência não é diferente da verificada pela maioria das pessoas. Ainda assim, existem aquelas

que insistem na existência dessa cultura.

É certo que o problema das mulheres violentadas sexualmente no Brasil é absurdo. Cinquenta mil estupros por ano é uma barbárie, de fato. Mas uma barbárie também é o número, ainda maior, de homicídios. E quem tem coragem de dizer que todo brasileiro é um homicida em potencial?

Na verdade, a questão da violência no Brasil é mundo mais profunda. É algo relativo à impunidade e à liberdade dos maus. Não tem nada a ver com as pessoas comuns que são colocadas ao lado de bandidos e estupradores. Não tem nada a ver com os homens que se escandalizam quando sabem que uma mulher foi violentada. Aliás, lembre-se de qual o tratamento dado aos violadores sexuais nas prisões e tenha uma ideia clara sobre o que o brasileiro acha do estupro.

Mas o que o movimento feminista quer é levantar sua bandeira sexista e manipular as mulheres, criando nelas um estado de paranoia, fazendo com que não deixem de olhar para qualquer homem sem deixar de ver nele uma ameaça.

A contradição nisso tudo é que esse mesmo movimento feminista, como participante dos grupos de esquerda, é contra o armamento dessas mesmas mulheres, o que seria a solução para evitar tantos estupros no país; e contra a redução da maioria penal, o que atingiria muitos dos atuais estupradores. Basta isso para demonstrar que as feministas estão

longe de estar preocupadas com as mulheres violentadas. O que elas querem mesmo é impor sua agenda ideológica e fomentar o conflito entre os sexos, o que faz parte de sua estratégia histórica, nem que tenham de usar aquelas mesmas que dizem defender.

Fabio Blanco é advogado, articulista e blogueiro.

“Não lembro de ter conhecido alguém que achasse a violência contra a mulher aceitável”

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Por uma vida segura e livre de violência para as mulheres

Xênia Mello

A cada 11 minutos uma mulher no Brasil é estuprada. Uma em cada três mulheres no mundo foi ou vai ser abusada sexualmente. Todo ano, em média, 300 crianças são atendidas no Hospital Pequeno Príncipe vítimas de abuso sexual. No dia 3 de novembro de 2008, a menina Rachel Maria Lobo de Oliveira Genofre, com apenas 9 anos, é vista pela última vez; raptada em via pública, seu corpo é encontrado em uma mala na Rodoviária de Curitiba — ela foi estuprada e morta. Até hoje o caso não foi solucionado. A mãe de Rachel buscou a Justiça para que o governo criasse políticas públicas de forma a proteger as crianças e coibir crimes semelhantes, mas a Justiça negou esse pedido.

Negar que exista uma cultura do estupro é negar a existência desses crimes. É desrespeitar também a dor e o sofrimento dessas mulheres e meninas. É ignorar o luto dos familiares que perderam suas filhas, irmãs, mães e esposas vítimas dessa barbárie. É ignorar a necessidade de políticas públicas que protejam as mulheres e meninas, que atuem preventivamente, que garantam para nós espaços seguros, que possamos viver com respeito e livres de violência.

Nas palavras da professora do IFPR Mabelle Bandoli, “cultura é um termo com inúmeros significados. Chamamos de cultura as atividades humanas ligadas às artes, à comunicação e transmissão de conhecimento; chamamos de cultura o conjunto de crenças e hábitos de um povo, sua identidade e características específicas, coletivamente compartilhadas e construídas ao longo da história; chamamos de cultura tudo aquilo que se produz de forma perene e sistemática, tudo aquilo que cultivamos como espécie humana. Cultura, diz-se em ciências

sociais, é aquilo que nos humaniza, nos torna especiais em relação aos demais animais que habitam este planeta. Cultura é aquilo que, ao produzirmos, nos produz. É o que faz do mundo inteiro o nosso habitat, é o que nos liga ao mundo e uns aos outros. É a essência da nossa condição humana. Como é possível, então, que aquilo que nos constitui como seres humanos se associe à brutalidade do estupro — que, como dissemos acima, tem como objetivo desumanizar a vítima? Como é que nos tornamos capazes de recriar, ao longo da nossa história, um paradoxo tão cruel?”

Para responder a essas questões é necessário assumir que já falhamos quando admitimos que a violência imposta às mulheres é passível de polaridade e questionamento. Na medida em que se relativiza ou se naturaliza a violência, sob o amparo de um espaço democrático, aponta-se para o quanto crítica é a realidade em que nós, mulheres, estamos inseridas. Nossos corpos e a violência a que estamos submetidas são relativizáveis.

Em vez da relativização da violência, poderíamos reunir esforços a fim de combater essa realidade. Somar, juntamente com os pais da menina Rachel, para que o Estado construa políticas públicas de enfrentamento à violência e de proteção às mulheres e meninas. Defender a realização de novos concursos, capacitação e

construção de equipamentos que garantam acolhimento e recepção das denúncias de violência contra a mulher. Lutar por uma educação plural, não sexista, que debata gênero e enfrentamento à violência. É pela vida das mulheres!

Xênia Mello é advogada e militante feminista periférica.

“Em vez da relativização da violência, poderíamos reunir esforços a fim de combater essa realidade”

GAZETA DO POVO

Gilmar Mendes autoriza 2º inquérito contra Aécio Neves

07 JUN 2016

• O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a abertura de um segundo inquérito contra o presidente do PSDB, senador Aécio Neves (MG). A investigação tem como objetivo saber se ele atuou para “maquiar” dados da CPI dos Correios, em 2005, e esconder a relação entre o Banco Rural e o chamado mensalão mineiro.

Na época, Aécio era governador de Minas. Também serão investigados Clésio Andrade, que era vice-governador do tucano, e o atual prefeito do Rio, Eduardo Paes (PMDB), que era filiado ao PSDB. Mendes, no entanto, não viu indícios contra o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), e excluiu o parlamentar da apuração.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu a abertura do inquérito com base na delação do senador cassado Delcídio do Amaral (sem partido-MS), que presidiu a CPI dos Correios.

No documento, Gilmar Mendes destaca que o crime de falsificação de documentos supostamente praticado por Aécio e os demais investigados estaria prescrito, mas que, mesmo assim, a apuração “é relevante, porque ele se inseriria em uma série de práticas criminosas, ainda passíveis de persecução penal”.

Outrolado

Em nota, a assessoria de imprensa do senador tucano afirmou que ele “renova sua absoluta convicção de que os esclarecimentos a serem prestados demonstrarão de forma definitiva a improcedência e o absurdo de mais essa citação feita ao seu nome pelo ex-senador Delcídio”.

07 JUN 2016

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



07 JUN 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

AGENDA DO PROCESSO

Presidente de comissão recua de decisão e mantém prazo inicial do impeachment

O presidente da Comissão Processante do Impeachment, senador Raimundo Lira (PMDB-PB), recuou da decisão de reduzir o prazo de alegações finais da defesa da presidente Dilma Rousseff e anunciou ontem a restituição do prazo inicialmente previsto de 15 dias.

Lira havia deferido questão de ordem da senadora Simone Tebet (PMDB-MS) na semana passada, sob alegação de que o prazo poderia ser reduzido para cinco dias corridos em razão de mudanças no Código de Processo Penal posteriores ao impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello, quando foi utilizado prazo de 15 dias.

O advogado de defesa da presidente afastada, José Eduardo Cardozo, apresentou recurso ao presidente do processo, ministro Ricardo Lewandowski, solicitando que a mudança no prazo fosse revista e que fosse adotado prazo de 20 dias, uma vez que esse foi o período concedido para as alegações iniciais da defesa.

RECURSO

O presidente da comissão acatou ontem parcialmente o recurso de Cardozo, restaurando o prazo de 15 dias. Lira disse que esta foi uma decisão pessoal, tomada após uma “reflexão filosófica” que o fez evoluir em seu pensamento.

“Era razoável que a defesa trabalhasse com a expectativa de direito baseado no prazo processual de 1992”, afirmou Raimundo Lira, considerando ainda que, se há duas possibilidades de prazo, a dúvida deve ser a favor do réu. Nesse caso, o prazo de 15 dias.

“Essa decisão foi absolutamente pessoal. Como disse na última reunião, na presidência não podemos aceitar qualquer tipo de pressão, porque isso desvirtuaria o trabalho de nossa comissão”, acrescentou o presidente. Raimundo Lira informou que se embasou em pareceres técnicos.

07 JUN 2016

BEMPARANÁ

Publicano

O Ministério Público Estadual, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Londrina, apresentou ontem na Justiça denúncia criminal contra 52 pessoas por envolvimento em crimes ligados à Operação Publicano, que investiga fraudes na Receita Estadual. A denúncia aponta a prática dos crimes de organização criminosa, associação criminosa, corrupção ativa, corrupção passiva tributária, extorsão, corrupção de menores, falsidade de documentos e lavagem de ativos – são 42 crimes no total.

Auditores

Entre os denunciados estão oito auditores, um policial civil, dez empresários, um contador, três advogados, três detentos e 26 pessoas que agiam como “laranjas”, cedendo o nome para figurar em empresas como sócios ou abrindo contas bancárias para lavagem de dinheiro. Quatro dos processados pelo Gaeco na denúncia se encontram presos, preventivamente. A Publicano foi deflagrada em abril de 2015 e levou à identificação de três estruturas criadas dentro do esquema de corrupção descoberto na Receita. A primeira reunia empresários e particulares que utilizavam empresas registradas em nome de “laranjas” para crimes de corrupção ativa, corrupção passiva tributária, lavagem de ativos, sonegação fiscal, através da emissão de notas fiscais frias e a geração fraudulenta de créditos de ICMS e falsidades documentais.

Extorsão

A segunda, reunia um grupo de auditores fiscais que desde 2012 se associou para o cometimento de crimes de corrupção ativa e corrupção passiva tributária e lavagem de ativos, recebendo valores a título de propina dos empresários integrantes da organização criminosa mencionada. Verificou-se ainda a constituição de uma terceira estrutura, formada por auditores, advogados, empresários e particulares, que passaram a praticar crimes após a deflagração da Publicano I e a prisão de um dos auditores.

07 JUN 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Gilmar Mendes autoriza inquérito contra Aécio e Paes

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes autorizou ontem (6) abertura de novo inquérito para investigar o senador Aécio Neves (PSDB-MG). Com a decisão, também será investigado o ex-deputado e atual prefeito do Rio de Janeiro Eduardo Paes (PMDB) e o ex-governador de Minas Gerais Clésio Andrade (PSDB). Eles serão investigados a pedido do procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

A investigação está baseada em um dos depoimentos de delação premiada do ex-senador Delcídio do Amaral. Segundo o ex-parlamentar, em 2005, durante os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquéritos (CPMI) dos Correios, criada para investigar denúncias da Ação Penal nº 470, o processo do mensalão, Aécio Neves, então governador de Minas Gerais, "enviou emissários" para barrar quebras de sigilo de pessoas e empresas investigadas, as quais o Banco Rural. ■

NOTAS POLÍTICAS

Aumento a deputados

O presidente da Assembleia, Ademar Traiano (PSDB), admitiu ontem que se o Congresso aumentar os salários dos deputados federais e senadores – a exemplo do que já ocorreu para os ministros do Supremo Tribunal Federal – os deputados estaduais também devem reajustar seus próprios salários. Na semana passada, o Congresso aprovou aumento de 16,38% nos salários dos ministros do STF.

Operação publicano

O Ministério Público do Paraná, por meio do Gaeco de Londrina, ajuizou ontem denúncia criminal contra 52 pessoas por envolvimento em crimes ligados à Operação Publicano, que apura fraudes na Receita Estadual. A denúncia aponta a prática dos crimes de organização criminosa, associação criminosa, corrupção ativa, corrupção passiva tributária, extorsão, corrupção de menores, falsidade de documentos e lavagem de ativos – são 42 crimes no total.

07 JUN 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PGR questiona lei que dá autonomia para delegados

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ajuizou no Supremo Tribunal Federal ação contra Emenda à Constituição do Estado do Amazonas (EC 82/2013) que confere aos delegados de Polícia Civil isonomia com carreiras jurídicas e com o Ministério Público, dando autonomia à atividade poli-

cial. O caso está sob relatoria do ministro Teori Zavascki.

Para Rodrigo Janot, a EC 82, que alterou o artigo 115 (caput e parágrafos 1º e 3º) da Constituição amazonense, ao interferir na estrutura da Polícia Civil delineada pela Constituição Federal, incorre em inconstitucionalidade.

FÁBIO CAMPANA

JUIZ RECUSA
AUMENTO
DE SALÁRIO

O juiz Luiz Guilherme Marques se “rebelou” contra o aumento concedido ao Judiciário.

“Só sairemos da crise com eleição este ano.”

Joaquim Barbosa,
ex-ministro do STF.

O GLOBO

07 JUN 2016

Janot pede prisão de Renan, Sarney, Jucá e Cunha ao Supremo

Pedidos estão com ministro Teori Zavascki, do STF, há pelo menos uma semana

BRASÍLIA — O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu ao Supremo Tribunal Federal a prisão do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), do ex-presidente da República José Sarney (PMDB-AP) e do senador Romero Jucá (PMDB-RR). A informação é de um interlocutor de ministros do STF. Renan, Sarney e Jucá foram flagrados tramando contra a Operação Lava-Jato em conversas gravadas pelo ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado. Os pedidos de prisão já estão com o ministro Teori Zavascki, do STF, há pelo menos uma semana.

Janot também pediu o afastamento de Renan da presidência do Senado, usando argumentos similares aos empregados no pedido de destituição de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) da presidência da Câmara e do mandato de deputado federal, o que acabou sendo atendido pelo STF.

Horas depois da revelação do GLOBO, o "Bom Dia Brasil" da TV GLOBO confirmou também o pedido de prisão do presidente afastado da Câmara, Eduardo Cunha. Mas o motivo direto do pedido não seria a tentativa de atrapalhar as investigações da Lava-Jato, e, sim, por conta de que a decisão de Teori, em maio, de afastá-lo da presidência da Câmara e do mandato, não surtiu efeito e o deputado continuou interferindo no comando da Casa.

Cunha foi destituído da presidência da Câmara e do mandato de deputado por tentar atrapalhar a Lava-Jato e por ser portador de uma longa ficha de acusações de corrupção. Cunha foi citado como destinatário de propina por pelo menos sete delatores. Em razão das acusações, já responde a um processo e pelo menos quatro inquéritos no âmbito da Lava-Jato.

Os indícios de conspiração, captados nas gravações e reforçados pelas delações de Sérgio Machado e de seu filho Expedito Machado, são considerados por investigadores mais graves que as provas que levaram Delcídio Amaral à prisão, em novembro do ano passado, e à perda do mandato, em maio. De acordo com a fonte, Delcídio tentou manipular uma delação, a do ex-diretor de Internacional da Petrobras Nestor Cerveró, enquanto Renan, Sarney e Jucá planejavam derrubar toda a Lava-Jato.

CONTINUA

A INFLUÊNCIA DE SARNEY

Para essa pessoa com acesso às investigações, não há dúvida de que, se a trama não fosse documentada pelas gravações de Sérgio Machado, a legislação seria modificada de acordo com o interesse dos investigados. Renan, Jucá e Sarney estão entre os políticos mais influentes do Congresso. Sarney, mesmo sem mandato, controla bancadas na Câmara e no Senado. Ele teria tido, inclusive, papel decisivo no processo de afastamento da presidente Dilma Rousseff. Jucá, logo depois que Michel Temer assumiu interinamente a presidência da República, foi alçado ao cargo de ministro do Planejamento, mas caiu após a divulgação das escutas.

Numa série de depoimentos que prestou, após firmar acordo de delação premiada, Machado disse que distribuiu R\$ 70 milhões em propina para Renan, Sarney e Jucá, entre outros políticos do PMDB durante os 12 anos que esteve à frente da Transpetro, como revelou O GLOBO na sexta-feira. Nas conversas gravadas por Machado, Renan, Jucá e Sarney aparecem discutindo medidas para interferir na Lava-Jato.

Padrinho político de Machado e alvo central da delação do ex-presidente da Transpetro, Renan sugere mudar a lei para inibir a delação premiada. A delação tem sido usada em quase todos os inquéritos abertos na Lava-Jato, inclusive os instaurados contra o presidente do Senado. Mais ousado, Jucá descreve uma articulação política dele e de outros líderes para derrubar a presidente Dilma e, a partir daí, “estancar a sangria da Lava-Jato”.

Sarney sugere a escalação de dois advogados — Cesar Asfor Rocha, ex-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e Eduardo Ferrão — para uma conversa com Teori Zavascki, relator da Operação Lava-Jato no STF. Para a Procuradoria-Geral da República, está claro que a ação de Renan, Jucá e Sarney tinha como objetivo obstruir as investigações sobre a organização especializada em desviar dinheiro de contratos entre grandes empresas e a Petrobras.

As divulgações de parte das conversas de Machado já resultaram na demissão de Jucá do Planejamento e do consultor Fabiano Silveira, do Ministério da Transparência, em menos de um mês de governo Temer. Agora, caberá ao STF deliberar sobre o pedido de Janot. O pedido foi encaminhado a Teori, mas depende de decisão do plenário do tribunal. Nos últimos dias, Teori sondou colegas de tribunal sobre o assunto.

Esta é a primeira vez que um procurador-geral da República pede o afastamento e a prisão de um presidente do Senado. O pedido de afastamento de Renan foi noticiado pelo jornal “Valor Econômico” na semana passada. Caberá aos ministros decidirem se Renan, alvo de 12 inquéritos no STF, ainda preenche os requisitos para permanecer na presidência do Senado e na linha sucessória da presidência da República.

PROPINA DE R\$ 70 MILHÕES

Nos depoimentos da delação premiada, Machado disse que arrecadou mais de R\$ 70 milhões para Renan, Sarney e Jucá, entre outros líderes do PMDB que davam sustentação à permanência dele na presidência da Transpetro. Responsável pela indicação de Machado à presidência, ainda em 2003, Renan foi, segundo o ex-presidente, destinatário de R\$ 30 milhões. Jucá e Sarney teriam recebido R\$ 20 milhões cada um. Machado disse ainda que arrecadou dinheiro para o senador Edison Lobão (PMDB-MA), ex-ministro de Minas e Energia, e para o senador Jader Barbalho (PMDB-PA).

CONTINUA

07 JUN 2016

O GLOBO

CONTINUAÇÃO

Depois de confessar crimes cometidos em nome dele e dos padrinhos políticos, Machado se comprometeu com os investigadores da Lava-Jato a devolver aproximadamente R\$ 100 milhões. Parte do dinheiro era administrado por Expedito, um dos quatro filhos dele, que vivia em Londres. As contas com o dinheiro ilegal estão num banco na Suíça. Outros dois filhos de Machado também fizeram delação.

Na sexta-feira passada, procurado pelo GLOBO para falar sobre a acusação de receber dinheiro de Machado, Renan disse que apenas mantinha relação institucional com o ex-presidente da Transpetro. Dias antes, quando as primeiras gravações vieram à tona, o senador disse que, na conversa com Machado, apenas expressou um ponto de vista sobre a Lava-Jato.

Também na semana passada, Jucá negou que tenha recebido qualquer dinheiro ou autorizado alguém a receber recursos em nome dele. O advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, responsável pela defesa de Sarney, disse, também semana passada, após o noticiário sobre as gravações, que não poderia responder sobre fragmentos da delação. Antes de dar entrevista, ele quer ter acesso completos aos autos.

ABRIL/2016

REVISTA

FECOMÉRCIO PR

SISTEMA FECOMÉRCIO SESC SENAC PR
ANO XVI - Nº 111 MAR | ABR 2016



JUSTIÇA NO BAIRRO SESC CIDADÃO

Um casamento, milhares de “sins”

CONTINUA

ABRIL 2016

CONTINUAÇÃO

Um casamento, milhares de “sins”

Justiça no Bairro Sesc Cidadão supera edição anterior do casamento coletivo realizado no Estádio da Copa ao oficializar a união civil de 1.300 casais

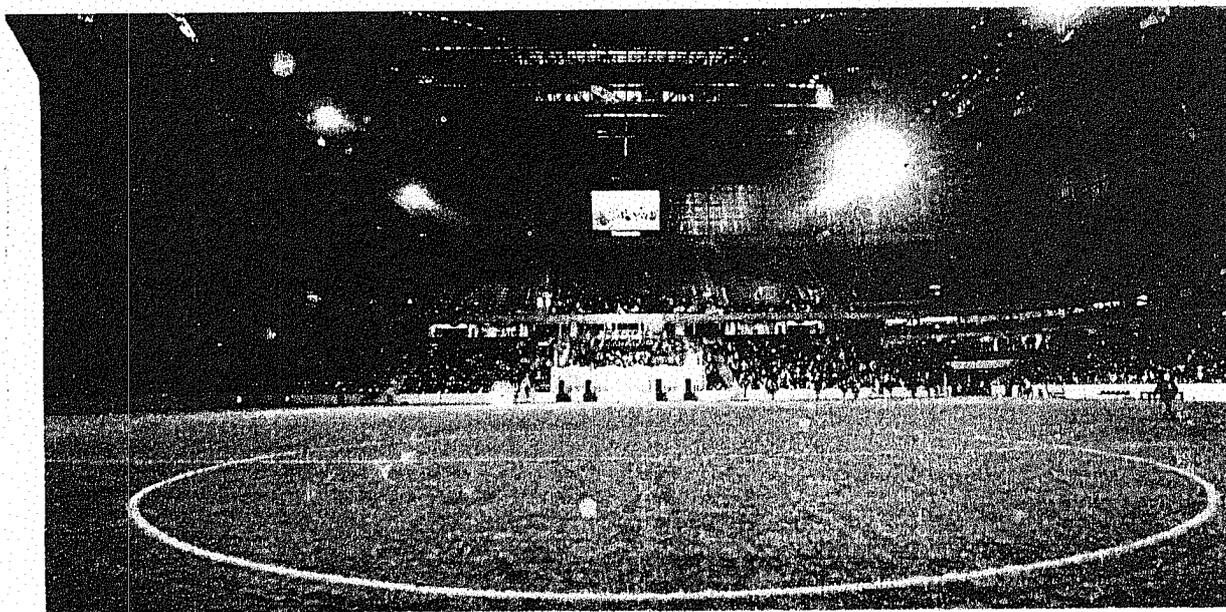
TEXTO: FERNANDA ZIEGMANN E ISABELA MATTIOLLI

FOTOS: BRUNO TADASHI E IVO LIMA

Com estrutura digna de final de campeonato, o Estádio Joaquim Américo (Arena da Baixada), em Curitiba, pela segunda vez foi palco da celebração do casamento coletivo promovido pelo Programa Justiça no Bairro Sesc Cidadão, no dia 29 de abril. Uma das sedes da Copa do Mundo, o local recebeu os 1.300 casais que oficializaram a união durante a cerimônia civil, seguida por bênção ecumênica.

Aproximadamente 16 mil pessoas acompanharam o evento promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), Sistema Fecomércio Sesc Senac PR, Clube Atlético Paranaense e Prefeitura de Curitiba. As primeiras a chegarem ao local foram as noivas que haviam agendado penteado e maquiagem com instrutores e alunos dos cursos da área de Beleza do Senac Curitiba. Os atendimentos foram gratuitos para tornar a data

ainda mais especial. Representando o presidente do Sistema Fecomércio Sesc Senac PR, Darci Piña, o vice-presidente da Fecomércio PR e presidente do Sindicato do Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios do Paraná (Sinca PR), Paulo Herpínio Pennacchi, ressaltou a importância do envolvimento dos parceiros na iniciativa que promove transformações sociais na vida das pessoas beneficiadas.



CONTINUA

CONTINUAÇÃO

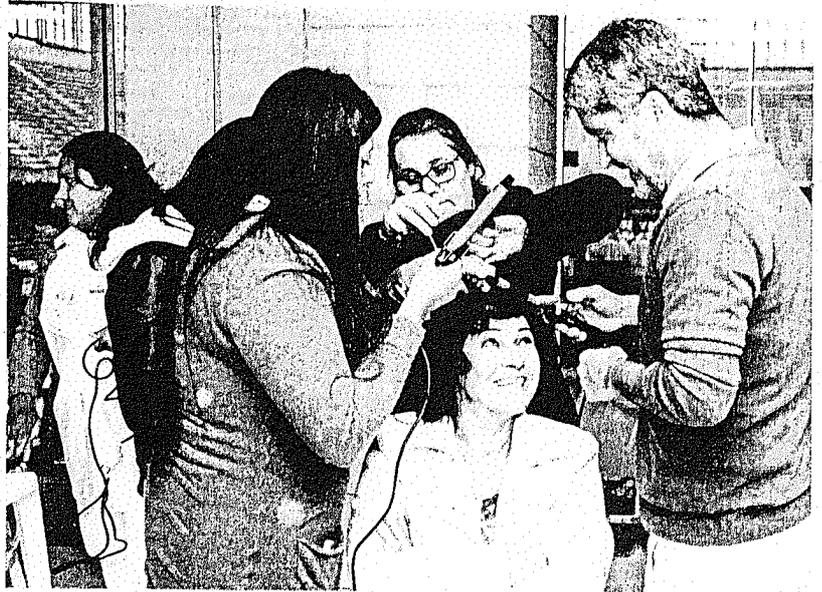


Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos

Para coletar as 2.600 assinaturas dos noivos presentes, 38 Cartórios de Registro Civil de Curitiba e mais 12 municípios da Região Metropolitana trabalharam das 17h às 19h. Além de noivos da capital, também oficializaram a união casais de Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais. O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, destacou a união das entidades e a mobilização dos cartórios para a formalização da união civil dos casais.



38 cartórios de Registro Civil foram responsáveis pelas habilitações dos noivos



Senac torna o dia das noivas ainda mais especial

Cerca de 70 profissionais do Senac PR, entre instrutores e alunos da área de beleza, realizaram mais de 300 atendimentos de penteados e maquiagem para as noivas. O salão, montado na área VIP do estádio, ficou movimentado durante todo o dia. Além das noivas, os futuros maridos aguardavam ansiosos à produção, e enquanto isso, cuidavam dos filhos pelos corredores. "Quero ver minha esposa linda. Como nossos filhos vieram acompanhar, preciso tomar conta deles, e nesse tempo que estou aqui até aproveitei para pedir

que arrumassem meu cabelo; quero entrar bonito também", contou o noivo Wesley Allan Martins, que cuidava dos filhos Nathally, sete anos, e do pequeno Nycolas, de oito meses. Para os alunos a experiência de preparar tantas mulheres para o tão esperado sim serve de aprendizado. "É uma oportunidade incrível poder colocar em prática o que aprendemos em sala de aula, principalmente em um momento tão importante para essas noivas, o casamento", ressaltou a aluna do curso de cabeleireiro do Senac Curitiba, Viviane Ferreira.



CONTINUA

CONTINUAÇÃO



Cerimônia presidida pela desembargadora do TJPR Joeci Machado Camargo – coordenadora do programa Justiça no Bairro

A HORA DO SIM

A partir das 19h, a marcha nupcial marcou o início da cerimônia presidida pela desembargadora do TJPR Joeci Machado Camargo – coordenadora do programa Justiça no Bairro. “É um evento de tradição em Curitiba e aqui no Atlético, pois o estádio também foi construído para realizar eventos sociais. Nós realizamos o primeiro evento social neste estádio em 2014 e estamos aqui mais



O diretor Regional do Sesc PR, Dieter Lengning; a colaboradora do Sesc PR, Maria Aparecida Cassemiro e o noivo Moacir Barbosa Junior; o vice-presidente da Fecomércio PR, Paulo Herminio Pennacchi – representando o presidente do Sistema Fecomércio Sesc Senac PR, Darci Piana; a pastora Érika Checan; o presidente do TJPR, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos; a desembargadora Joeci Machado Camargo; o reverendo Carlos Alberto Rodrigues Alves; a secretária de Ação Social da Prefeitura de Curitiba, Marcia Fruet; o colaborador do Senac PR, Paulo Sergio Pereira da Silva e a noiva Ana Carla Lianes Pereira da Silva; o secretário do Governo Municipal da Prefeitura de Curitiba, Ricardo Mac Donald; o representante do Clube Atlético Paranaense e do Conselho Fiscal do CAP, Antonio Cezar Manfron; a desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho, Rosemarie Diedrichs Pimpão, e o vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira, o Comandante da 5ª Região Militar, General Carlos Alberto Mansur, entre outras autoridades também participaram do evento.

uma vez. Cada casal vive um momento único, embora seja uma festa coletiva”, destacou a celebrante ao intitular os casais como time do amor.

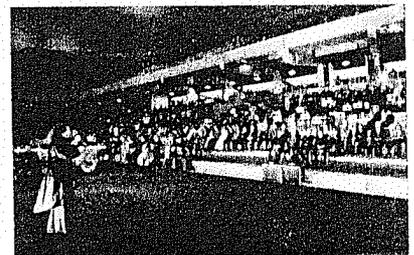
A cerimônia foi musicada pela Orquestra Accadêmica, coral Sinfônico do Paraná, Snap Jazz, além de músicos do Projeto Crescer – instituição social que atende crianças de Arapongas em situação de vulnerabilidade social, com ações em contraturno escolar, que participaram do evento de forma voluntário. Esta edição do casamento coletivo contou também com o apoio do Exército Brasileiro, da Polícia Militar, da Guarda Municipal, da Secretaria Municipal de Trânsito de Curitiba (Setran), da URBS, do Instituto Embeleze e Daju.



1.300 casais oficializaram a união



Orquestra Accadêmica de Curitiba



Cerimônia



O colaborador do Senac Curitiba, Paulo e a noiva Ana Clara



Instrutoras e alunas do Senac Curitiba com uma das noivas



O casal Geci Miranda da Silva e Orotides Soares

CONTINUAÇÃO



Casal Jéssica e Rafael Ranieri

Casal Daniela e Willian

Um casamento com muitos sins, mas com histórias singulares. Entre uma assinatura e outra, o time do amor se revelava impar por seus relatos e emoções afloradas pela cerimônia.

Moradores do bairro Ganchinho, em Curitiba, Jéssica Cristiane Santana da Silva, 24, e Rafael Ranieri da Silva Santana, 27, dizem-se apaixonados por crianças e, como não podem ter filhos, decidiram se casar para adotarem uma menina. "A gente já mora junto há cinco anos e só está casando para poder adotar um bebê. Somos apaixonados por criança", conta a noiva. Ela é de Santa Catarina e ele natural do Rio Grande do Sul. Um dos casais mais estilosos do casamento coletivo, Daniela Gonçalves e Willian Borchardt, já são pais de dois meninos: Gabriel, 8, e Felipe, 6. Com a gestação do terceiro, David, a ideia de oficializar a união no Estado da Copa foi encarada como inusitada. "Foi amor à primeira vista. A gente ficou louco e hoje está idealizando essa loucura", relata Daniela. Também à espera de um bebê, Tatiane Aparecida Rodrigues dos Anjos Carneiro, contou ter perdido duas meninas em gestações anteriores. "O negócio do casamento é para sair do pecado. Já está vindo o terceiro filho e, como é 'plá', é bom ele nascer já com tudo certinho para ensinar que tem que casar", dispara.

Os noivos Kethlyn Yuri Cardoso Andrade da Silva e Fabrício Arruda da Silva estavam animados para casar, "porque já passou da hora", adianta Kethlyn. "Amor é união, é amizade, é companheirismo", completa Fabrício. Uma das últimas noivas da fila, Josiane Ferreira de Santana Chane, além de oficializar a união com o noivo, também estava interessada em conhecer a Arena da Baixada. "Finalmente eu vou conhecer o estádio de que tanto falam", completou.

HISTÓRICO

A primeira edição do casamento na Arena foi realizada em dezembro de 2014 e selou a união de aproximadamente 800 casais. Em 11 anos de parceria, o Poder Judiciário e o Sistema Fecomércio Sesc Senac PR já realizaram 16.218 casamentos em todo o estado pelo Programa Justiça no Bairro Sesc Cidadão. "Esse é um projeto que Sesc se orgulha muito pelo caráter social desempenhado, trazendo cidadania às pessoas, com a oportunidade de regularizar formalmente aquilo que nem sempre é acessível. O crescimento desse programa é fato notório", declarou o diretor regional do Sesc PR, Dieter Lengning.

Vale ressaltar que, embora com número expressivo, o maior casamento realizado pelo Justiça no Bairro Sesc Cidadão foi na edição de novembro de 2005, realizada no Centro Cívico, em Curitiba, na qual 1.534 casais reafirmaram seus compromissos. À época, o feito rendeu um registro no Guinness Book como maior casamento civil coletivo realizado por um juiz de Direito.

CAMPANHA DO AGASALHO

Uma outra iniciativa de cunho social foi realizada durante o evento pelo Sistema Fecomércio Sesc Senac PR. Em cada um dos 16.000 convites distribuídos aos convidados do evento, constava uma mensagem referente à 8ª edição da Campanha do Agasalho, uma forma de estimular a doação voluntária de agasalhos e cobertores em postos de arrecadação disponibilizados no acesso aos convidados na Arena da Baixada. Na ocasião, aproximadamente duas mil peças foram arrecadadas, o que contribuiu para o fortalecimento da campanha que segue até o dia 12 de agosto, em 32 cidades do estado.